



Rendimento de todas as fontes 2024

 ISBN 978-85-240-4653-7
 © IBGE, 2025

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, investiga, regularmente, informações sobre os rendimentos provenientes de todos os trabalhos e de outras fontes não oriundas do trabalho das pessoas residentes no Brasil¹.

Dada a importância, o peso e a variabilidade dos rendimentos do trabalho, sua captação é feita de duas formas pela PNAD Contínua. A primeira se refere ao rendimento bruto recebido no mês de referência pelo trabalho, classificado como rendimento efetivo do trabalho; enquanto a segunda se refere ao rendimento bruto normalmente recebido pelo trabalho, classificado como rendimento habitual do trabalho. Ambos são investigados em todas as entrevistas para moradores de 14 anos ou mais de idade, ocupados na semana de referência.

O rendimento de outras fontes², por outro lado, é investigado na primeira e na quinta visita, para todos os moradores do domicílio, e o valor considerado é o recebido no mês de referência da pesquisa.

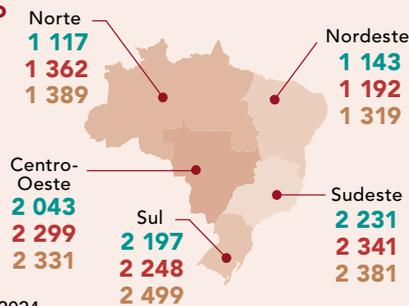
Neste informativo são utilizadas as informações dos rendimentos habitualmente recebidos de todos os trabalhos e dos recebidos de outras fontes no mês de referência, deflacionados³ a preços médios de 2024. Adicionalmente, para o cálculo dos indicadores, são considerados os dados acumulados de primeiras visitas, exceto o período 2020-2022, que utilizou o acumulado de quintas visitas, devido à pandemia de COVID-19 e a resultante queda da taxa de resposta nesse período, sobretudo das primeiras visitas⁴.

Participação na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo o tipo de rendimento (%)

	2019	2023	2024
Todos os trabalhos (1)	74,4	74,2	74,9
Aposentadoria e pensão	18,7	17,5	16,8
Aluguel e arrendamento	2,4	2,2	1,9
Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	1,2	0,9	0,8
Programas sociais do governo	1,7	3,7	3,8
Outros rendimentos	1,7	1,5	1,6

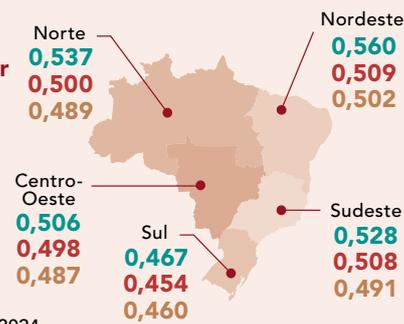
Rendimento médio mensal real domiciliar per capita (2) (R\$)

Brasil
 1 820
 1 929
 2 020



Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar per capita (3)

Brasil
 0,544
 0,518
 0,506



¹ Por decisão editorial, a publicação é divulgada em duas partes. A primeira parte corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados da pesquisa, e é disponibilizado tanto em meio impresso como em meio digital (formato PDF) no portal do IBGE na Internet. A segunda é constituída pelo documento de Notas técnicas, que traz considerações de natureza metodológica sobre o levantamento e é veiculada apenas em meio digital (formato PDF) no portal do IBGE na Internet, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: mar. 2025.

² O rendimento proveniente de outras fontes é composto pelo rendimento efetivamente recebido no mês de referência de: programas sociais do governo (Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil, Benefício de Prestação Continuada, da Lei Orgânica da Assistência Social - BPC-LOAS, outros programas sociais do governo); aposentadoria e pensão de instituto de previdência oficial federal, estadual, municipal, ou do governo federal, estadual, municipal; aluguel e arrendamento; seguro-desemprego ou seguro-defeso; pensão alimentícia, doação e mesada de não morador; e outros rendimentos, em que estão incluídos rentabilidades de aplicações financeiras, bolsas de estudos, direitos autorais, exploração de patentes etc.

³ Os indicadores de rendimento do trabalho investigados pela PNAD Contínua são divulgados em termos nominais e em termos reais. Para o deflacionamento dos rendimentos nominais, é utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo IBGE. Para informações mais detalhadas, consultar: IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua]. *Deflacionamento dos rendimentos do trabalho dos trimestres móveis da PNAD-Contínua*. Rio de Janeiro, 16 out. 2018. 3 p. Nota técnica maio/2015 (atualizada em out./2018). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: mar. 2025.

⁴ Para informações mais detalhadas, consultar: IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua]. *Sobre os rendimentos de todas as fontes*. Rio de Janeiro, 8 maio 2025. 2 p. Nota técnica 01/2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: maio 2025.

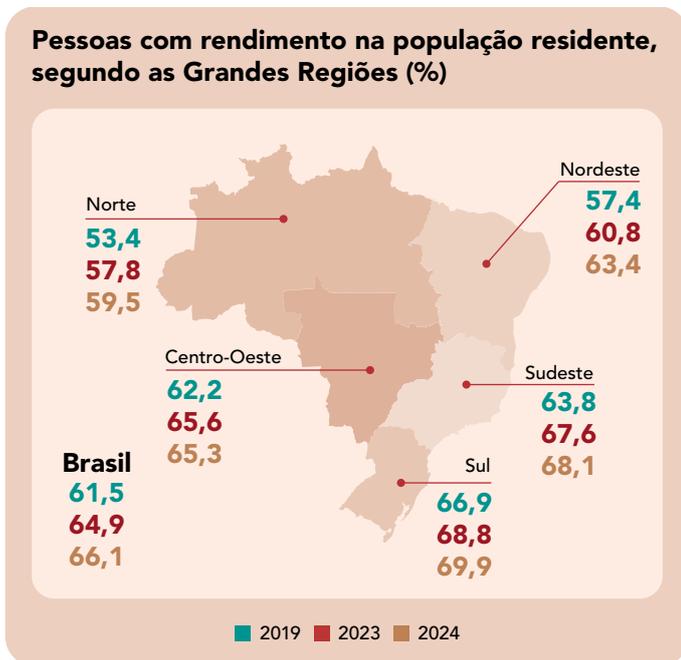
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2024.

(1) Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade. (2) A preços médios de 2024. (3) A preços médios do ano.

População residente com rendimento

Em 2024, foram estimadas 217,0 milhões de pessoas residentes no País⁵, ante 197,7 milhões em 2012. A Região Sudeste concentrava a maior parte da população (42,1%), seguida das Regiões Nordeste (26,9%), Sul (14,3%), Norte (8,9%) e Centro-Oeste (7,9%).

Do total de pessoas residentes no Brasil, em 2024, 66,1% (143,4 milhões) possuíam algum tipo de rendimento, frente a 64,9% em 2023. A Região Sul (69,9%) apresentou a maior estimativa em todos os anos da série histórica, iniciada em 2012, enquanto as Regiões Norte e Nordeste, as menores (59,5% e 63,4%, respectivamente). Na comparação com 2023, a Região Nordeste apresentou a maior variação do percentual de pessoas com rendimento no total da população residente – aumento de 2,6 pontos percentuais (p.p.) –, ao passo que a Região Centro-Oeste foi a única a registrar oscilação negativa (de 65,6% para 65,3%). Em relação a 2019, quando 61,5% das pessoas possuíam algum tipo de rendimento no País, o aumento foi de 4,6 p.p., com as maiores elevações observadas nas Regiões Norte (de 53,4% para 59,5%) e Nordeste (de 57,4% para 63,4%).

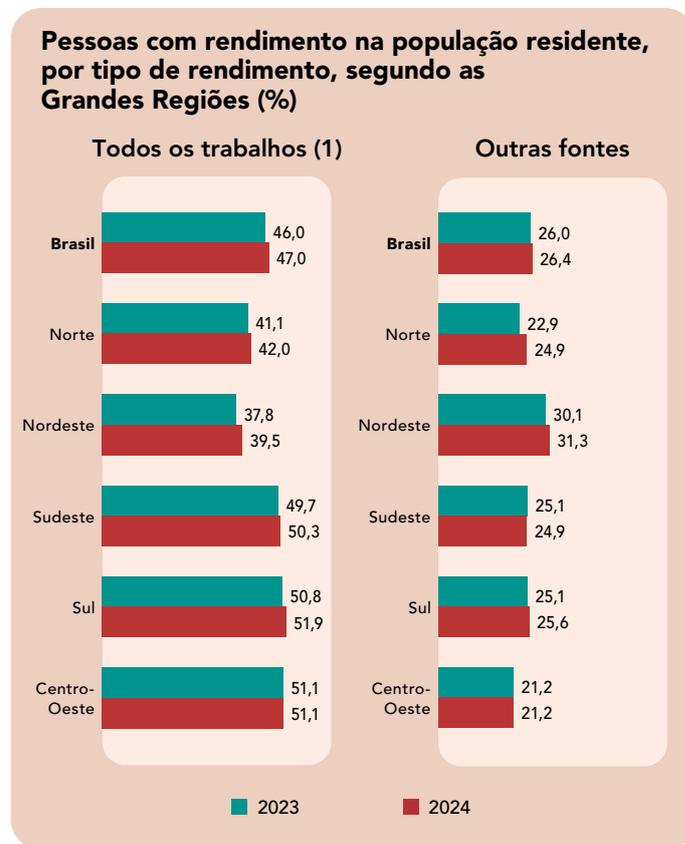


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2024.
Nota: Dados consolidados de primeiras visitas.

⁵ Na presente publicação, as estimativas de população total estão baseadas nos dados das Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação, Revisão 2018, também calculadas pelo IBGE. Para informações mais detalhadas, consultar: IBGE. *Projeções da população: Brasil e Unidades da Federação: revisão 2018*. 2. ed. Rio de Janeiro, 2018. 43 p. (Série relatórios metodológicos, v. 40). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?edicao=21830&t=notas-tecnicas>. Acesso em: mar. 2025.

Distribuição das pessoas por tipo de rendimento recebido

Em 2024, o contingente de pessoas que possuíam rendimento de trabalho, considerando todos os trabalhos, correspondia a 47,0% da população residente (101,9 milhões de pessoas), *vis-à-vis* 46,0% (99,2 milhões) em 2023. Quanto ao rendimento proveniente de outras fontes, 26,4% (57,3 milhões) dos residentes possuíam, em 2024, alguma fonte de rendimento diferente de trabalho, enquanto, em 2023, essa estimativa era de 26,0% (56,0 milhões). Em relação a 2019, quando 44,3% da população residente possuía rendimento de trabalho e 23,6% rendimento proveniente de outras fontes, a expansão foi de 2,7 p.p. e 2,8 p.p., respectivamente.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023-2024.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas.

(1) Rendimento habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Portanto, a tendência de aumento da parcela da população com rendimento do trabalho que se observou desde 2021, após queda registrada no primeiro ano da pandemia de COVID-19, manteve-se em 2024, com uma variação anual de 1,0 p.p., porém a uma taxa inferior à registrada no ano anterior. A parcela da população recebendo rendimento de outras fontes apresentou pequena oscilação positiva (0,4 p.p.) em relação a 2023. O efeito conjunto dessas variações, ainda que moderadas, contribuiu para o aumento do percentual da população com algum tipo de rendimento, seja

ou não proveniente do trabalho, que atingiu no último ano o seu maior nível da série histórica da PNAD Contínua, superando o valor máximo registrado, até então, em 2023.

Regionalmente, em 2024, o Sul (51,9%) voltou a assumir a posição de Grande Região com o maior percentual de pessoas com rendimento habitualmente recebido de todos os trabalhos, posição esta que ocupou desde o início da série, exceto no ano de 2023 quando a Região Centro-Oeste apresentou o maior percentual. A Região Nordeste, por outro lado, registrava o menor percentual de pessoas com esse rendimento (39,5%), apesar de ter apresentado a maior variação positiva frente ao ano anterior (1,7 p.p.). Em relação ao rendimento de outras fontes, o maior percentual de pessoas que recebiam rendimentos de fontes diversas do trabalho foi registrado no Nordeste (31,3%), e o menor, no Centro-Oeste (21,2%).

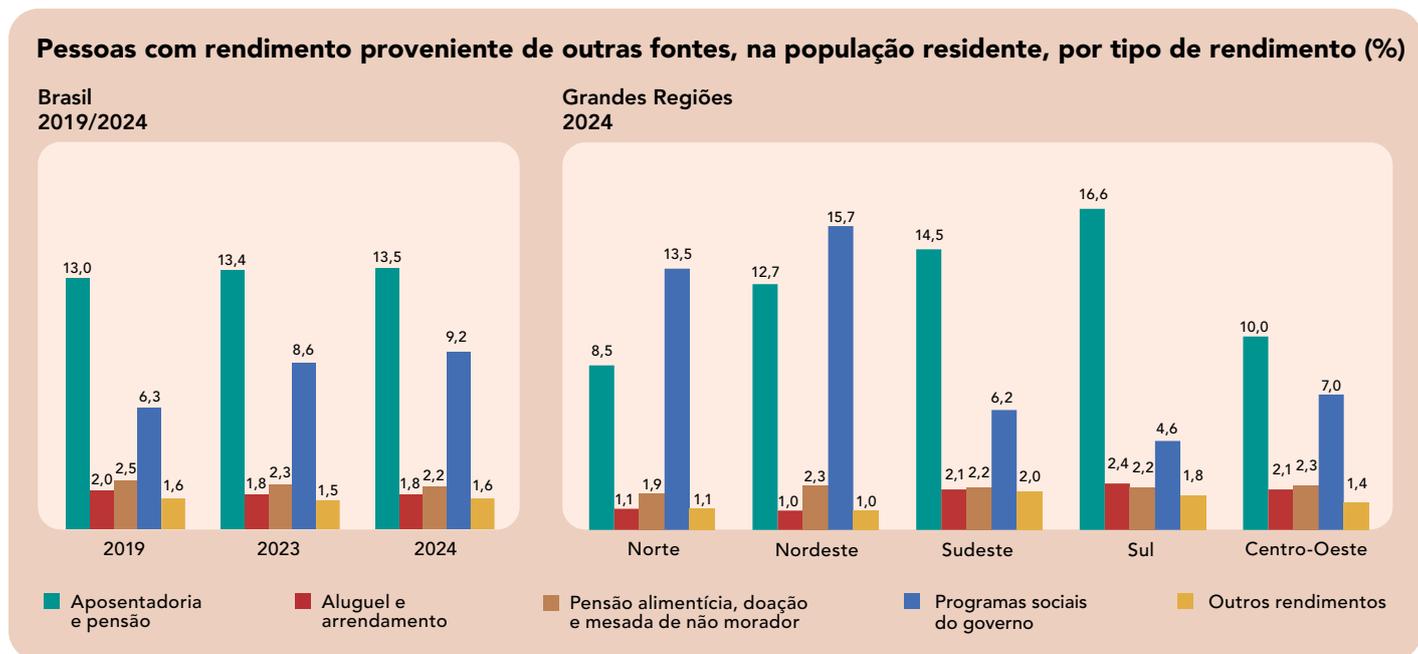
Dentre os componentes dos rendimentos de outras fontes, a categoria aposentadoria e pensão manteve a maior estimativa: 13,5% da população residente recebia esse rendimento em 2024, o que correspondia a 29,2 milhões de pessoas; seguida por rendimentos de programas sociais do governo⁶, 9,2% (20,1 milhões de pessoas). Com percentuais bem menores, situavam-se as categorias pensão alimentícia, doação e mesada de não morador (2,2%), aluguel e arrendamento (1,8%) e outros rendimentos⁷ (1,6%).

Entre 2023 e 2024, observa-se que a proporção da população recebendo rendimento de programas sociais do governo variou de 8,6% para 9,2%, mantendo-se em nível superior ao observado no período pré-pandemia. O maior percentual de pessoas que recebiam rendimentos de programas sociais ocorreu em 2020 (13,0%),

com a criação do Auxílio Emergencial para fazer frente aos efeitos socioeconômicos da pandemia do novo coronavírus naquele ano, enquanto, em 2019, eram 6,3%. Para as demais categorias de rendimentos de outras fontes, observa-se que o percentual da população que recebia tais rendimentos manteve-se praticamente estável, comparando-se aos resultados de 2023.

Na análise regional, os resultados mostraram que, nas Regiões Norte e Nordeste, os percentuais de pessoas que recebiam rendimentos de programas sociais do governo (13,5% e 15,7%, respectivamente) se destacavam dentre aqueles observados nas demais Grandes Regiões, com valores superiores à média do País (9,2%). Observa-se que, nessas duas Regiões, o percentual de pessoas que recebiam rendimentos desses programas era superior ao daquelas que recebiam quaisquer das outras fontes de rendimento não oriundas do trabalho. A Região Sul (4,6%) permaneceu com o menor percentual de pessoas que recebiam rendimento de programas sociais do governo, ainda que tenha apresentado no último ano um aumento de 11,0% do contingente de pessoas com esse tipo de rendimento, superado apenas pelo crescimento registrado na Região Norte (11,9%).

Aposentadoria e pensão registrou os maiores percentuais, comparando-se às demais categorias que compõem o rendimento de outras fontes, nas Regiões Sudeste (14,5%), Sul (16,6%) e Centro-Oeste (10,0%), sendo as duas primeiras detentoras da população mais envelhecida do País. A Região Norte (8,5%) apresentou o menor percentual de pessoas com rendimento de aposentaria e pensão, o que reflete o perfil etário mais jovem de sua população, se comparada às demais Grandes Regiões.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2024.
Nota: Dados consolidados de primeiras visitas.

⁶ Os rendimentos provenientes de programas sociais do governo incluem o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada, da Lei Orgânica da Assistência Social - BPC-LOAS e outros programas sociais governamentais no âmbito federal, estadual e municipal.

⁷ O componente outros rendimentos inclui os rendimentos provenientes do seguro-desemprego, seguro-defeso, rentabilidades de aplicações financeiras, bolsas de estudos, dentre outros.

Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento

Rendimento de todas as fontes

Segundo dados da série histórica da pesquisa, observa-se que, de 2012 a 2019, o rendimento médio real de todas as fontes apresentou um crescimento acumulado de 4,3% no período (de R\$ 2 837 para R\$ 2 958). Com a pandemia de COVID-19, o rendimento de todas as fontes se reduziu em 3,4% em 2020, e em 5,1% em 2021. Em 2022, apresentou aumento de 2,0%, alcançando R\$ 2 764, permanecendo, no entanto, abaixo do valor estimado em 2012, ano inicial da série. Em 2023, o rendimento de todas as fontes alcançou um crescimento expressivo de 7,5% em relação ao ano anterior, e em 2024 manteve uma variação positiva de 2,9%, atingindo R\$ 3 057. Com essa expansão acumulada nos três últimos anos, o valor do rendimento atingiu, em 2024, o máximo da série histórica, superando o valor registrado em 2014 (R\$ 2 974), até então o ano com o maior valor registrado.

Em 2024, considerando a população residente com rendimento, observa-se que os diferenciais regionais de rendimento médio mensal real de todas as fontes permaneceram bastante acentuados: a Região Sul registrou o maior valor (R\$ 3 576), seguida pelas Regiões Centro-Oeste (R\$ 3 569) e Sudeste (R\$ 3 497), enquanto o menor foi verificado na Região Nordeste (R\$ 2 080). De 2023 para 2024, destaca-se o crescimento do rendimento de todas as fontes nas Regiões Sul (9,5%) e Nordeste (6,1%), em contrapartida a Região Norte apresentou oscilação negativa de 1,0%. Em comparação com 2019, a variação mais acentuada foi observada na Região Norte (11,6%), seguida pelas Regiões Sul (8,8%) e Centro-Oeste (8,7%). Na Região Sudeste, por outro lado, com uma oscilação de apenas 0,1%, o valor médio do rendimento de todas as fontes praticamente não se alterou nesse intervalo de cinco anos.

Rendimento de todos os trabalhos

O rendimento médio mensal real habitualmente recebido de todos os trabalhos (calculado para as pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência) foi estimado em R\$ 3 225 em 2024, o que representa uma expansão de 3,7% em relação a 2023 (R\$ 3 110). Considerando a série histórica, o rendimento habitual de todos os trabalhos apresentou crescimento acumulado de 4,3% entre 2012 e 2019 (de R\$ 2 929 para R\$ 3 055). No primeiro ano da pandemia de COVID-19, o rendimento médio do trabalho cresceu 3,4%, alcançando R\$ 3 160. No entanto, ressalta-se que esse crescimento não foi decorrente de um dinamismo do mercado de trabalho, mas sobretudo pelo fato de que os trabalhadores informais, de menor rendimento médio, foi o grupo mais atingido pela pandemia, de forma a alterar a composição da força de trabalho ocupada. Nos dois anos seguintes (2021 e 2022), o rendimento médio de todos os tra-

balhos apresentou retração, como possível resultado da expansão da informalidade na ocupação. O rendimento do trabalho voltou a crescer em 2023 (aumento de 7,2% no ano) e registrou nova expansão em 2024 (3,7%), atingindo o valor máximo da série histórica nesse último ano. Em relação a 2019, ano que antecedeu a pandemia do novo coronavírus, observa-se um crescimento de 5,6% do rendimento do trabalho.

Assim como observado no rendimento de todas as fontes, as Regiões Nordeste (R\$ 2 246) e Norte (R\$ 2 457) registraram os menores valores para o rendimento habitual do trabalho, ao passo que as Regiões Sul (R\$ 3 697), Centro-Oeste (R\$ 3 625) e Sudeste (R\$ 3 609), os maiores. Em relação ao ano de 2023, verificou-se um expressivo crescimento do rendimento habitual do trabalho nas Regiões Sul (10,6%) e Nordeste (8,4%), enquanto na Região Norte (-2,7%) houve queda. Na comparação com 2019, foi registrada elevação do rendimento habitual do trabalho em todas as Grandes Regiões, com destaque para as Regiões Norte (11,0%), Sul (10,1%) e Centro-Oeste (9,6%), no entanto na Região Sudeste a variação foi de apenas 2,8%.

Rendimentos de outras fontes

De 2012 (R\$ 1 852) a 2019 (R\$ 1 975), o rendimento médio mensal real proveniente de outras fontes acumulou ganho de 6,6%, alcançando, em 2019, o valor máximo da série histórica. Em 2020, contudo, o rendimento médio de outras fontes registrou forte queda⁸, de 15,4%, baixando para R\$ 1 670, e voltou a cair em 2021, quando o rendimento médio de outras fontes foi estimado em R\$ 1 612, levando a estimativa ao menor valor da série. Em 2022, no entanto, o valor médio do rendimento de outras fontes voltou a crescer (12,1%), sendo estimado em R\$ 1 807, movimento que se manteve em 2023 (6,1%), alcançando R\$ 1 917. Em 2024, entretanto, o valor médio do rendimento de outras fontes permaneceu praticamente inalterado em relação ao ano anterior, sendo estimado em R\$ 1 915. Analisando por Grandes Regiões, em 2024, a Região Sul (4,4%) apresentou o maior crescimento do rendimento médio de outras fontes, enquanto a Sudeste (-1,6%) foi a única Região que registrou variação negativa. Ao comparar com 2019, observa-se que a Região Norte (11,8%) apresentou a maior expansão do rendimento médio de outras fontes, enquanto a Região Sudeste registrou queda de 7,2%.

⁸ Em 2020, a acentuada queda do rendimento médio de outras fontes pode ser parcialmente explicada por uma mudança na composição das pessoas que recebiam esse rendimento, o que se deve à forte expansão, no primeiro ano da pandemia de COVID-19, do número de pessoas que recebiam rendimentos de programas sociais, sobretudo o Auxílio Emergencial, cujo valor médio era inferior ao valor médio de outros componentes do rendimento de outras fontes, como aposentadoria e pensão e aluguel e arrendamento. Portanto, ainda que tenha ocorrido uma queda em seu valor médio, o total de pessoas recebendo rendimentos de outras fontes, em 2020, aumentou substancialmente em relação a 2019, com uma expansão estimada de aproximadamente 10 milhões de pessoas a mais recebendo rendimentos não oriundos do trabalho.

Dentre todas as categorias que compõem o rendimento proveniente de outras fontes, o item aposentadoria e pensão manteve-se como o de maior valor médio em 2024 (R\$ 2 528), com pequena oscilação em relação a 2023 (R\$ 2 512), permanecendo 3,1% abaixo do observado em 2019 (R\$ 2 608). Em todas as Grandes Regiões, aposentadoria e pensão representava a categoria de maior valor médio entre os rendimentos de outras fontes, variando de R\$ 2 058, na Região Nordeste, a R\$ 3 165, na Região Centro-Oeste. Entre 2023 e 2024, a Região Sul (7,0%) registrou o maior crescimento de seu valor médio, ao passo que a Região Sudeste apresentou variação negativa de 1,5%. Em relação a 2019, houve queda do rendimento médio real de aposentadoria e pensão na maior parte das Grandes Regiões, exceto nas Regiões Norte (aumento de 3,4%) e Sul (3,0%).

Os rendimentos provenientes de aluguel e arrendamento apresentaram valor médio de R\$ 2 159 em 2024, o que representa uma redução de 5,6% se comparado ao estimado para 2023 (R\$ 2 286) e de 2,3% em relação a 2019 (R\$ 2 210). Em termos regionais, as Regiões Sudeste (-11,4%) e Sul (-8,9%) apresentaram queda no valor médio desse rendimento entre 2023 e 2024. As Regiões Norte e Nordeste, por outro lado, registraram expansão acentuada no valor do rendimento médio proveniente de aluguel e arrendamento – ambas com variação próxima de 17% –, permanecendo, entretanto, com os menores valores médios para essa categoria de rendimento entre as Grandes Regiões.

Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador totalizavam, em média, R\$ 771, valor um pouco abaixo do estimado no ano anterior (R\$ 786). Analisando por Grandes Regiões, observa-se que enquanto a Região Nordeste (12,8%) apresentou o maior ganho no valor médio desse rendimento entre 2023 e 2024, as Regiões Norte (-5,6%), Sudeste (-3,7%) e Sul (-2,1%) registraram perda. Apesar do crescimento verificado no último ano, a Região Nordeste (R\$ 539) permaneceu com o menor valor médio para essa categoria, substancialmente abaixo da média nacional. No período 2019-2024, houve queda de 7,6% do rendimento médio proveniente de pensão alimentícia, doação e mesada de não morador, no País, tendo ocorrido retração do valor desse rendimento em todas as Grandes Regiões, com maior intensidade nas Regiões Norte (-18,2%) e Sul (-15,2%).

Em 2024, o valor médio dos rendimentos de programas sociais do governo era de R\$ 836. Esse valor foi o maior da série histórica e, se comparado ao estimado para 2023 (R\$ 818), até então o ano com o maior valor, apresentou variação positiva de 2,2%. Entre 2023 e 2024, a Região Sul (8,1%) se destacou pelo elevado crescimento do valor médio dos benefícios de programas sociais do governo,

atingindo R\$ 939, o maior valor entre as Grandes Regiões. É importante ressaltar que, em 2024, o Rio Grande do Sul foi atingido por enchentes de grande extensão, e houve a criação de programas sociais temporários, tanto no âmbito federal quanto estadual, direcionados aos atingidos pelas cheias, o que pode ter contribuído para o crescimento do valor médio dessa categoria de rendimentos na Região. Na Região Sudeste, o valor médio dos rendimentos de programas sociais do governo aumentou 2,8%, alcançando R\$ 878, ao passo que nas demais Grandes Regiões foram observadas pequenas oscilações no valor desses benefícios, variando de 0,8%, na Região Norte, a 1,0%, na Nordeste. Em relação a 2019 (R\$ 484), o valor médio dos rendimentos de programas sociais do governo cresceu 72,7% no País, com destaque para as Regiões Norte (77,0%) e Nordeste (80,3%), que registraram um crescimento bastante expressivo nesse período.

As pessoas que declararam possuir outros rendimentos, além dos anteriormente citados, como rendimentos do seguro-desemprego, rentabilidades de aplicações financeiras, bolsas de estudos, dentre outros, recebiam em média R\$ 2 135, em 2024, o valor mais elevado da série histórica para essa categoria. Regionalmente, o maior valor médio foi registrado na Região Sudeste (R\$ 2 504), seguida pela Centro-Oeste (R\$ 2 011), e o menor na Nordeste (R\$ 1 472). Em relação a 2023 (R\$ 1 907), houve um crescimento de 12,0% no valor médio de outros rendimentos no País, com destaque para as elevações registradas nas Regiões Sudeste (18,8%) e Centro-Oeste (14,7%), enquanto a Região Norte (-2,1%) apresentou queda. Em relação a 2019 (R\$ 1 909), o valor médio dos outros rendimentos cresceu 11,8% no Brasil, com destaque para as Regiões Sul (27,5%) e Norte (19,7%), que apresentaram expansão bastante expressiva, ao passo que na Região Nordeste (-9,1%) houve queda.

Observou-se, portanto, que na média nacional, dentre as categorias de rendimentos de outras fontes, o componente outros rendimentos registrou o aumento mais expressivo no seu valor médio entre 2023 e 2024, ao passo que os rendimentos de aluguel e arrendamento apresentaram a maior queda. Os demais componentes registraram pequenas variações, positivas ou negativas. Em comparação a 2019, o principal destaque foi o crescimento substancial do valor médio recebido de programas sociais do governo, seguido pela expansão da categoria outros rendimentos, enquanto os demais tipos de rendimentos de outras fontes – aposentadoria e pensão, aluguel e arrendamento e pensão alimentícia, doação e mesada de não morador – registraram queda no valor médio.

Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento, segundo as Grandes Regiões e o tipo de rendimento (R\$)

Grandes Regiões	Tipo de rendimento	Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento (R\$)							
		2012	2014	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Brasil	Todas as fontes	2 837	2 974	2 958	2 856	2 709	2 764	2 971	3 057
	Todos os trabalhos (1)	2 929	3 120	3 055	3 160	2 962	2 901	3 110	3 225
	Outras fontes	1 852	1 880	1 975	1 670	1 612	1 807	1 917	1 915
	Aposentadoria e pensão	2 397	2 509	2 608	2 475	2 342	2 356	2 512	2 528
	Aluguel e arrendamento	2 323	2 270	2 210	2 097	2 172	1 916	2 286	2 159
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	793	865	834	834	798	751	786	771
	Programas sociais do governo	416	467	484	787	449	685	818	836
	Outros rendimentos	2 087	1 648	1 909	1 682	1 899	1 944	1 907	2 135
Norte	Todas as fontes	2 238	2 227	2 091	2 091	1 943	2 145	2 358	2 334
	Todos os trabalhos (1)	2 379	2 388	2 213	2 312	2 200	2 272	2 526	2 457
	Outras fontes	1 244	1 266	1 285	1 173	978	1 325	1 407	1 437
	Aposentadoria e pensão	1 997	1 999	2 200	1 964	1 849	2 107	2 208	2 274
	Aluguel e arrendamento	1 910	1 968	1 506	1 350	1 521	1 663	1 519	1 777
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	687	769	705	651	459	602	611	577
	Programas sociais do governo	434	492	478	787	426	676	839	846
	Outros rendimentos	1 971	1 713	1 432	1 656	1 379	1 594	1 750	1 714
Nordeste	Todas as fontes	1 859	1 983	1 989	2 011	1 790	1 860	1 961	2 080
	Todos os trabalhos (1)	1 963	2 121	2 106	2 266	2 039	1 966	2 072	2 246
	Outras fontes	1 209	1 246	1 364	1 290	1 110	1 305	1 358	1 375
	Aposentadoria e pensão	1 942	1 975	2 171	2 075	1 955	1 957	2 051	2 058
	Aluguel e arrendamento	1 493	1 677	1 680	1 626	1 418	1 265	1 437	1 685
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	562	568	556	572	462	463	478	539
	Programas sociais do governo	386	429	436	777	434	644	778	786
	Outros rendimentos	1 647	1 569	1 619	1 314	2 199	2 356	1 434	1 472
Sudeste	Todas as fontes	3 315	3 503	3 494	3 329	3 210	3 200	3 463	3 497
	Todos os trabalhos (1)	3 340	3 599	3 512	3 611	3 412	3 293	3 547	3 609
	Outras fontes	2 341	2 370	2 444	1 965	2 000	2 159	2 304	2 268
	Aposentadoria e pensão	2 617	2 790	2 865	2 736	2 566	2 563	2 764	2 723
	Aluguel e arrendamento	2 700	2 625	2 549	2 368	2 481	1 993	2 412	2 136
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	977	1 128	994	981	1 051	927	981	945
	Programas sociais do governo	444	503	530	792	463	731	854	878
	Outros rendimentos	2 575	1 830	2 204	1 846	2 020	2 056	2 107	2 504
Sul	Todas as fontes	3 173	3 312	3 287	3 145	3 023	3 103	3 265	3 576
	Todos os trabalhos (1)	3 203	3 398	3 358	3 367	3 178	3 197	3 344	3 697
	Outras fontes	2 142	2 200	2 189	1 898	1 925	2 080	2 181	2 276
	Aposentadoria e pensão	2 419	2 563	2 500	2 378	2 339	2 336	2 407	2 575
	Aluguel e arrendamento	2 441	2 214	2 064	2 086	2 276	2 140	2 759	2 513
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	835	921	976	969	944	854	846	828
	Programas sociais do governo	485	568	596	801	490	766	869	939
	Outros rendimentos	1 540	1 272	1 446	1 534	1 225	1 552	1 781	1 844
Centro-Oeste	Todas as fontes	3 288	3 394	3 284	3 177	3 054	3 225	3 502	3 569
	Todos os trabalhos (1)	3 392	3 516	3 308	3 415	3 245	3 301	3 569	3 625
	Outras fontes	2 025	2 075	2 289	1 807	1 761	2 067	2 240	2 266
	Aposentadoria e pensão	2 953	2 947	3 203	2 921	2 634	2 763	3 065	3 165
	Aluguel e arrendamento	2 055	2 139	2 096	1 872	1 993	2 259	2 455	2 576
	Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	849	784	805	824	829	844	775	791
	Programas sociais do governo	456	503	584	797	486	739	857	865
	Outros rendimentos	1 934	1 933	1 927	1 647	2 287	1 395	1 754	2 011

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2024.

Notas: 1. A preços médios de 2024.

2. Dados consolidados de primeiras visitas em 2012, 2014, 2019, 2023 e 2024, e de quintas visitas no período 2020-2022.

(1) Rendimento habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Rendimento do trabalho

Massa de rendimento mensal real de todos os trabalhos da população ocupada

Em 2024, o rendimento habitualmente recebido de todos os trabalhos resultou em uma massa de rendimento mensal de R\$ 328,6 bilhões, o maior valor da série histórica da PNAD Contínua. Esse valor representa um crescimento real de 6,5% em relação a 2023 (R\$ 308,5 bilhões) e de 15,9% frente a 2019 (R\$ 283,5 bilhões).

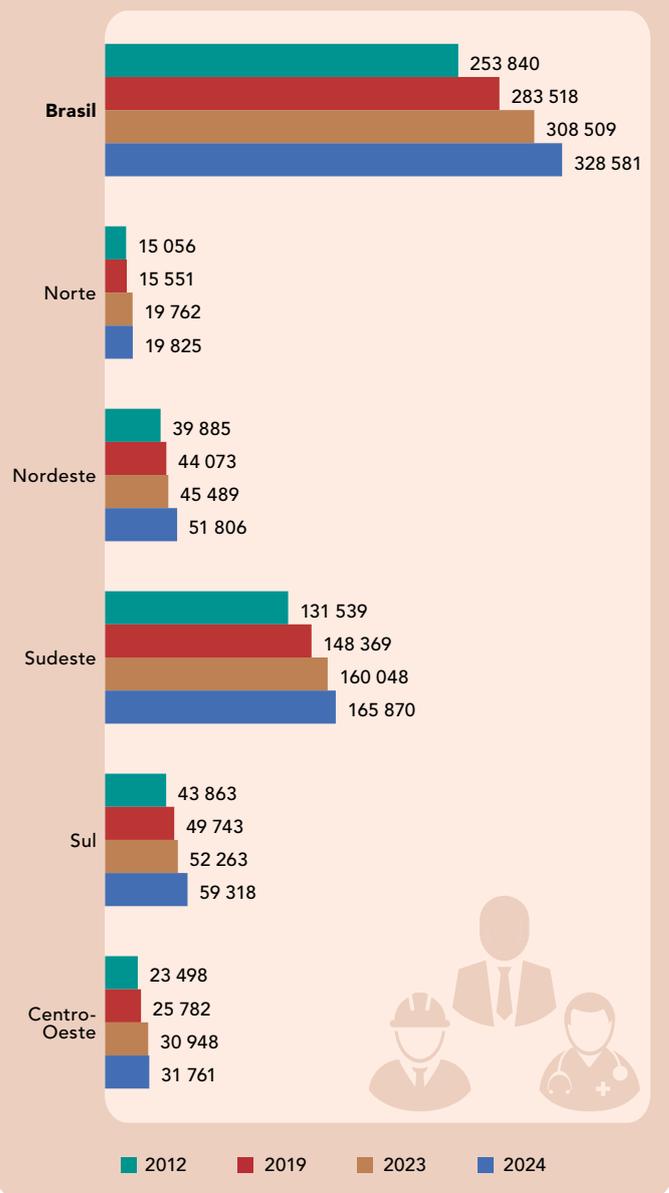
Analisando a série histórica desde 2012, observa-se que a massa de rendimento do trabalho registrou expansão entre 2012 e 2019 (crescimento de 11,7% no acumulado do período), com posterior queda no período da pandemia de COVID-19 (perdas anuais de 5,6%, em 2020, e de 3,2%, em 2021). Em 2022, inicia-se um movimento de recuperação da massa de rendimento de todos os trabalhos, com crescimento de 6,6%, tendência esta que se acelerou em 2023 (11,7%). Em 2024, observou-se uma expansão da massa de rendimentos do trabalho pelo terceiro ano consecutivo, porém em ritmo menos acentuado do que o registrado no ano anterior.

O aumento da massa de rendimento do trabalho em 2024, em relação a 2023, foi resultante tanto do crescimento do rendimento médio do trabalho, conforme visto anteriormente, quanto da população ocupada. Entre 2023 e 2024, a população ocupada com rendimento cresceu 2,7%, passando de 99,2 milhões para 101,9 milhões de pessoas, maior valor da série. Em comparação a 2019, quando a população ocupada com rendimento era de 92,8 milhões, havia 9,1 milhões de pessoas ocupadas a mais em 2024, o que representa uma expansão de 9,8%.

Em termos regionais, a Região Sudeste, a mais populosa do País, continuou registrando a maior massa de rendimento do trabalho em 2024 (R\$ 165,9 bilhões), seguida pela Região Sul (R\$ 59,3 bilhões). Por outro lado, a menor massa foi registrada pela Região Norte (19,8 bilhões). Entre 2023 e 2024, as Regiões Nordeste (13,9%) e Sul (13,5%) se destacaram pela expressiva elevação da massa de rendimento do trabalho, bastante acima da média nacional, enquanto na Região Norte, com uma oscilação de apenas 0,3%, observa-se uma estabilidade do indicador. As Regiões Sudeste (3,6%) e Centro-Oeste (2,6%) também registraram variação positiva da massa de rendimentos do trabalho, porém em ritmo moderado. A expansão da massa de rendimentos nas Regiões Nordeste e Sul – aquelas de maior crescimento em 2024 – é explicada, principalmente, pelo aumento acentuado do rendimento médio de todos os trabalhos nessas Regiões. No caso da Nordeste, destaca-se, também, a importante contribuição da expansão da população ocupada com rendimento, que cresceu 5,1% no último ano. A Região Norte, por sua vez, ainda que também tenha tido uma expansão de sua população ocupada (3,1%), registrou queda do rendimento médio de todos os trabalhos (-2,7%), o que levou à estagnação de sua massa de rendimentos do trabalho em 2024. Em relação a 2019, ocorreu crescimento da massa de rendimento do trabalho em to-

das as Grande Regiões, destacando-se as Regiões Norte (27,5%) e Centro-Oeste (23,2%), enquanto a Sudeste (11,8%) acumulou a menor expansão nesse período de cinco anos.

Massa de rendimento mensal real de todos os trabalhos, segundo as Grandes Regiões (milhões de R\$)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2024.

Notas: 1. A preços médios de 2024.

2. Rendimento habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. Dados consolidados de primeiras visitas.

Índice de Gini⁹ do rendimento habitualmente recebido de todos os trabalhos

A análise da série histórica do índice de Gini do rendimento médio mensal real habitualmente recebido de todos os trabalhos mostra que, entre 2012 e 2015, houve uma tendência de redução desse indicador, passando de 0,504 para 0,490. Em 2016, entretanto, o índice aumentou para 0,498, valor no qual se manteve em 2017, e alcançou os maiores valores da série (0,506) em 2018 e 2019. Com a pandemia de COVID-19 e a redução brusca do contingente de ocupados, afetando sobretudo aqueles em posições mais vulneráveis e com menores rendimentos médios – como os trabalhadores por conta própria sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, trabalhadores domésticos e

empregados do setor privado sem carteira –, a desigualdade do rendimento do trabalho da população que se manteve ocupada diminuiu, fazendo o índice de Gini cair a 0,500, em 2020, e oscilar para 0,499, em 2021. Em 2022, ano em que se observou um aumento substantivo da ocupação, o índice caiu ao menor valor da série (0,486)¹⁰, ao passo que, em 2023, o valor do índice de Gini do rendimento de todos os trabalhos voltou a subir (0,494). Em 2024, houve queda desse indicador de desigualdade para 0,488, aproximando-se do valor mínimo da série registrado em 2022. Entre 2023 e 2024, observa-se que as classes correspondentes aos 20% de menor rendimento do trabalho registraram expansão do rendimento um pouco acima da média da população ocupada, enquanto a menor variação do rendimento do trabalho ocorreu na classe de pessoas no décimo mais

elevado de rendimento, contribuindo para a queda da desigualdade no último ano.

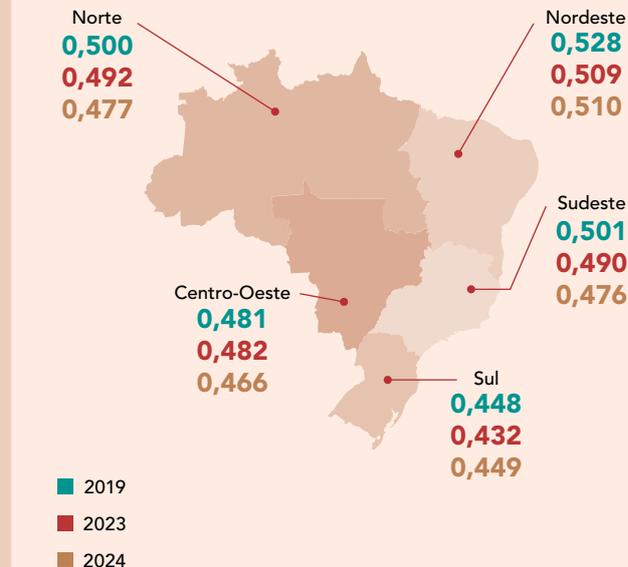
Comparando as Grandes Regiões, observa-se que a Região Sul (0,449) permaneceu, em 2024, com o menor índice de Gini do rendimento do trabalho, enquanto a Região Nordeste (0,510) apresentou o maior, mantendo-se como a Região com a distribuição de rendimentos do trabalho mais desigual do País. De 2023 para 2024, as Regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste apresentaram variações negativas no índice, ao passo que a Sul, ainda que continue sendo a Região menos desigual do País, registrou crescimento da desigualdade do rendimento do trabalho no período, medida pelo índice de Gini (aumento de 0,017 no valor do indicador). A Região Nordeste apresentou uma pequena oscilação no indicador, de 0,509 para 0,510.

Índice de Gini do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos

Brasil

2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
0,504	0,499	0,497	0,490	0,498	0,498	0,506
2019	2020	2021	2022	2023	2024	
0,506	0,500	0,499	0,486	0,494	0,488	

Grandes Regiões



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2024.

Notas: 1. A preços médios do ano.

2. Rendimento habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. Dados consolidados de primeiras visitas nos períodos 2012-2019 e 2023-2024, e de quintas visitas no período 2020-2022.

⁹ O índice de Gini é uma medida de concentração de uma distribuição, e seu valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima).

¹⁰ Entre 2021 e 2022, observa-se maior crescimento do rendimento médio de algumas categorias com forte presença de trabalhadores informais, como os trabalhadores por conta própria e trabalhadores domésticos, e queda, em termos reais, do rendimento médio de empregados do setor público e empregadores.

Rendimento domiciliar per capita

Participação dos diversos tipos de rendimento na composição do rendimento médio domiciliar per capita

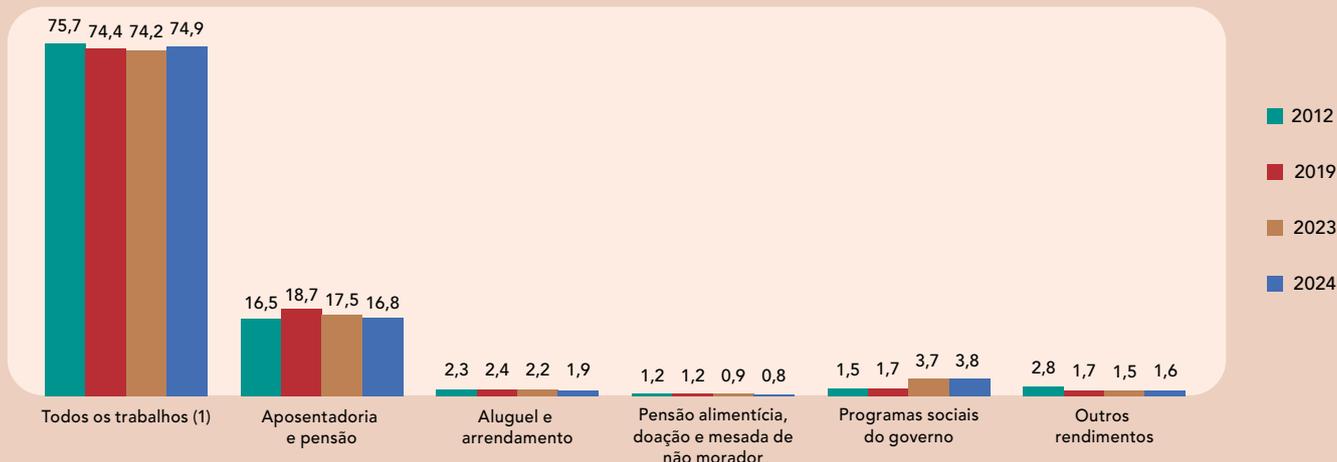
Em 2024, o rendimento de todos os trabalhos compunha 74,9% do rendimento médio mensal real domiciliar per capita. Os 25,1% provenientes de outras fontes se dividiam em rendimentos de aposentadoria e pensão (16,8%), que correspondiam à maior parte, mas também em rendimentos de programas sociais do governo (3,8%), aluguel e arrendamento (1,9%), pensão alimentícia, doação e mesada de não morador (0,8%) e outros rendimentos (1,6%).

Até 2014, houve crescimento da parcela do rendimento de todos os trabalhos no rendimento domiciliar per capita, atingindo o maior valor da série (76,9%) nesse ano. A partir de 2015, aumentou a parcela relativa a outras fontes de rendimento, motivado, sobretudo, pelo comportamento da alta de aposentadoria e pensão, que alcançou uma participação de 18,7% em 2018 e 2019. Em 2020, ano de forte retração do mercado de trabalho, a parcela do rendimento de todos os trabalhos no rendimento domiciliar per capita atingiu o menor valor da série (72,8%). Nesse ano, o aumento da participação das outras fontes se deu na rubrica programas sociais do governo (de 1,7%, em 2019, para 5,9%, em 2020), o que se deve à criação do Auxílio Emergencial¹¹ para fazer frente aos efeitos socioeconômicos da pandemia de COVID-19. Em 2021,

com o início da flexibilização das medidas sanitárias e mudanças no Auxílio Emergencial, a parcela do rendimento do trabalho no rendimento domiciliar per capita se elevou para 75,3%, e as outras fontes perderam espaço devido à redução do peso dos programas sociais (de 5,9% para 2,6%). Com a substituição do Programa Bolsa Família pelo Auxílio Brasil no final de 2021, nos moldes mais parecidos ao antigo Auxílio Emergencial em termos de público-alvo e valor médio¹², a rubrica outras fontes voltou a aumentar em 2022 (de 24,7% para 25,5%), em parte explicada pelos programas sociais do governo que passaram de 2,6% para 3,0%.

Em março de 2023, o Programa Bolsa Família¹³ foi relançado em substituição ao Programa Auxílio Brasil, mantendo o valor mínimo de R\$ 600, mas com a inclusão de novos benefícios de acordo com a composição familiar, de forma a aumentar, em relação ao programa anterior, o valor do benefício médio. Com essa mudança, o componente programas sociais do governo se expandiu novamente, respondendo por 3,7% do rendimento médio mensal real domiciliar per capita. Em 2024, a participação dos programas sociais do governo na composição do rendimento médio domiciliar permaneceu quase inalterada, oscilando para 3,8%. Ressalta-se que nesse último ano não houve alteração importante do valor médio do benefício pago pelo Bolsa Família – o principal programa social do governo em número de beneficiários – e tampouco do total de domicílios abrangidos pelo programa, quando comparado a 2023.

Participação na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo o tipo de rendimento (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2024.

Notas: 1. A preços médios do ano.

2. Dados consolidados de primeiras visitas.

(1) Rendimento habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

¹¹ Instituído pelo Decreto n. 10.316, de 07.04.2020, que regulamentou a Lei n. 13.982, de 02.04.2020.

¹² Inicialmente no valor médio de R\$ 400 por família em situação de pobreza, o Programa Auxílio Brasil obteve um acréscimo de R\$ 200 no benefício durante o segundo semestre de 2022. Para informações mais detalhadas, consultar o endereço: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2022/emendaconstitucional-123-14-julho-2022-792985-publicacaooriginal-165734-pl.html>.

¹³ O novo Programa Bolsa Família foi instituído por meio da Medida Provisória n. 1.164, de 02.03.2023, regulamentada pela Lei n. 14.601, de 19.06.2023. Neste Programa, além do valor de R\$ 600 pago às famílias beneficiárias, foi criado o Benefício Primeira Infância, no valor de R\$ 150, destinado às famílias beneficiárias que possuem, em sua composição, crianças com idade entre 0 e 7 anos incompletos, pago por integrante que se enquadre nessa situação, e o Benefício Variável Familiar, no valor de R\$ 50, pago por integrante da família beneficiária que se enquadre nas seguintes situações: gestantes, crianças com idade entre 7 anos e 12 anos incompletos ou adolescentes com idade entre 12 anos e 18 anos incompletos. Para informações mais detalhadas, consultar o endereço: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14601.htm.

Entre 2023 e 2024, observou-se variação negativa da participação da categoria aposentaria e pensão (de 17,5% para 16,8%) e do rendimento proveniente de aluguel e arrendamento (de 2,2% para 1,9%) na composição do rendimento domiciliar *per capita* no País. No caso do aluguel e arrendamento, observou-se uma queda tanto do total de pessoas recebendo esse tipo de rendimento quanto de seu valor médio, enquanto as aposentadorias e pensões perderam participação no rendimento domiciliar, apesar de apresentarem pequena oscilação positiva para esses dois componentes. Diante desse quadro e face a um dinamismo do mercado de trabalho no último ano, com a expansão da massa de rendimentos do trabalho, a parcela do rendimento de todos os trabalhos no rendimento domiciliar *per capita* passou de 74,2%, em 2023, para 74,9%, em 2024.

Entre as Grandes Regiões, havia diferenças importantes na composição do rendimento domiciliar *per capita*, destacando-se a participação do rendimento de todos os trabalhos, que variou de 67,3%, na Região Nordeste, a 79,4%, na Região Centro-Oeste, em 2024. Apesar de apresentar a menor participação do rendimento do trabalho na composição do rendimento domiciliar, a Região Nordeste registrou a maior variação positiva desse indicador no último ano, com expansão de 1,6 p.p., ao passo que a Região Norte apresentou uma retração dessa participação, de 76,3%, em 2023, para 74,3%, em 2024.

Analisando as diferentes categorias do rendimento de outras fontes, observa-se que o rendimento proveniente de aposentadoria e pensão apresentou diferenças regionais importantes: nas Regiões Norte e Centro-Oeste, a participação foi de 14,0% e 13,6%, respectivamente, *vis-à-vis* a participação de 19,9% registrada na Região Nordeste; 17,1%, na Sul; e 16,6%, na Sudeste.

Merece destaque a participação bastante acima da média nacional da rubrica rendimentos de programas sociais do governo nas Regiões Nordeste (9,4%) e Norte (8,2%) em 2024. Nas demais Regiões, a participação dos programas sociais do governo no rendimento domiciliar *per capita* ficou entre 1,7%, na Região Sul, e 2,6%, na Centro-Oeste. Entre 2023 e 2024, a Região Nordeste foi a única a apresentar oscilação negativa nesse indicador (-0,3 p.p.), ao passo que na Região Norte variou de 7,5% para 8,2%.

Participação na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, por Grandes Regiões, segundo o tipo de rendimento (%)

Tipo de rendimento	Participação na composição do rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i> (%)					
	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Todos os trabalhos (1)	74,9	74,3	67,3	76,3	76,7	79,4
Outras fontes	25,1	25,7	32,7	23,7	23,3	20,6
Aposentadoria e pensão	16,8	14,0	19,9	16,6	17,1	13,6
Aluguel e arrendamento	1,9	1,4	1,3	1,9	2,4	2,3
Pensão alimentícia, doação, mesada de não morador	0,8	0,8	1,0	0,9	0,7	0,8
Programas sociais do governo	3,8	8,2	9,4	2,3	1,7	2,6
Outros rendimentos	1,6	1,3	1,1	2,1	1,4	1,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.

Notas: 1. A preços médios do ano.

2. Dados consolidados de primeiras visitas.

(1) Rendimento habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Programas sociais do governo

A série histórica mostra que a proporção de domicílios com algum beneficiário do Programa Bolsa Família era de 16,6% em 2012, reduzindo-se para 14,3% em 2019. Com o início da pandemia de COVID-19, em 2020, parte dos beneficiários do Bolsa Família passaram a receber o Auxílio Emergencial, benefício criado para fazer frente à pandemia, o que explica a redução dessa proporção para 7,2% no ano, e o aumento brusco da proporção de domicílios com recebedores de outros programas sociais de 0,7%, em 2019, para 23,7%, em 2020¹⁴. Em 2021, as mudanças no Auxílio Emergencial ocorridas com a flexibilização das medidas sanitárias (redução do número de parcelas pagas e do valor médio) fizeram com que voltasse a aumentar o percentual de domicílios recebendo Bolsa Família (8,6%) e se reduziu a proporção de outros programas sociais (15,4%).

No final de 2021, o pagamento do Auxílio Emergencial foi interrompido e o governo federal substituiu o Programa Bolsa Família pelo Programa Auxílio Brasil¹⁵, o que explica o aumento, em 2022, do percentual de domicílios recebendo rendimento de tal programa (16,9%)¹⁶, bem como a redução brusca da rubrica outros programas sociais para 1,5%. Com a instituição do novo Bolsa Família em 2023, como mencionado anteriormente, observou-se um aumento do percentual de

domicílios beneficiados para 19,0%, o maior valor da série histórica da pesquisa no que e refere a esse benefício, ao passo que a rubrica outros programas sociais oscilou para 1,4%.

Em 2024, o percentual de domicílios que recebiam rendimento do Bolsa Família foi estimado em 18,7%, o que representa uma oscilação negativa em relação ao ano anterior, ao passo que aqueles que recebiam rendimentos de outros programas sociais¹⁷ aumentou para 2,1%. Em relação ao Benefício de Prestação Continuada, da Lei Orgânica da Assistência Social - BPC-LOAS, observa-se que, entre 2023 e 2024, o percentual de domicílios em que algum morador recebia esse tipo de rendimento aumentou de 4,2% para 5,0%, sendo este o maior percentual da série histórica.

As Regiões Norte e Nordeste continuaram com as maiores proporções de domicílios com beneficiários dos dois principais programas sociais em 2024: respectivamente, 32,7% e 34,6% recebiam rendimento do Bolsa Família; e 7,0% e 7,1%, recebiam rendimento do BPC-LOAS. Por outro lado, a Região Sul possuía as menores proporções de domicílios com beneficiários de ambos os programas: 8,1% do Bolsa Família e 3,2% do BPC-LOAS. Em relação a outros programas sociais do governo, as Regiões Norte (3,9%), Nordeste (3,3%) e Centro-Oeste (3,0%) registraram as maiores proporções de domicílios com beneficiários, ao passo que as Regiões Sudeste e Sul, as menores, ambas com 1,1%.

¹⁴ Na presente pesquisa, o Auxílio Emergencial entrava na rubrica de outros programas sociais.

¹⁵ O Programa Auxílio Brasil foi criado pela Lei n. 14.284, de 29.12.2021. Para informações mais detalhadas, consultar o endereço: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.284-de-29-de-dezembro-de-2021-370918498>.

¹⁶ Na presente pesquisa, os dados do Programa Auxílio Brasil foram captados na pergunta sobre o recebimento de rendimento do Programa Bolsa Família.

Domicílios particulares permanentes por recebimento de programas sociais do governo, segundo as Grandes Regiões (%)

Grandes Regiões	Domicílios particulares permanentes por recebimento de programas sociais do governo (%)														
	Bolsa Família/Auxílio Brasil					BPC-LOAS					Outros programas sociais				
	2012	2019	2020	2023	2024	2012	2019	2020	2023	2024	2012	2019	2020 (1)	2023	2024
Brasil	16,6	14,3	7,2	19,0	18,7	2,5	3,5	3,1	4,2	5,0	1,4	0,7	23,7	1,4	2,1
Norte	28,4	26,3	12,9	31,7	32,7	3,8	5,7	5,0	6,3	7,0	2,7	0,5	32,2	2,5	3,9
Nordeste	34,8	29,0	14,2	35,5	34,6	4,4	5,4	4,5	5,9	7,1	1,7	0,8	34,0	2,2	3,3
Sudeste	8,0	7,5	4,0	11,5	11,3	1,5	2,5	2,4	3,4	4,1	1,2	0,6	19,7	0,8	1,1
Sul	7,2	5,1	2,9	7,9	8,1	1,6	2,1	1,7	2,8	3,2	0,8	0,5	14,4	0,8	1,1
Centro-Oeste	11,3	9,1	5,0	12,8	13,0	2,7	3,9	3,8	4,3	4,7	2,1	1,0	20,6	2,3	3,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2024.
Nota: Dados consolidados de primeiras visitas em 2012, 2019, 2023 e 2024, e de quintas visitas em 2020.
(1) Inclui o Auxílio Emergencial.

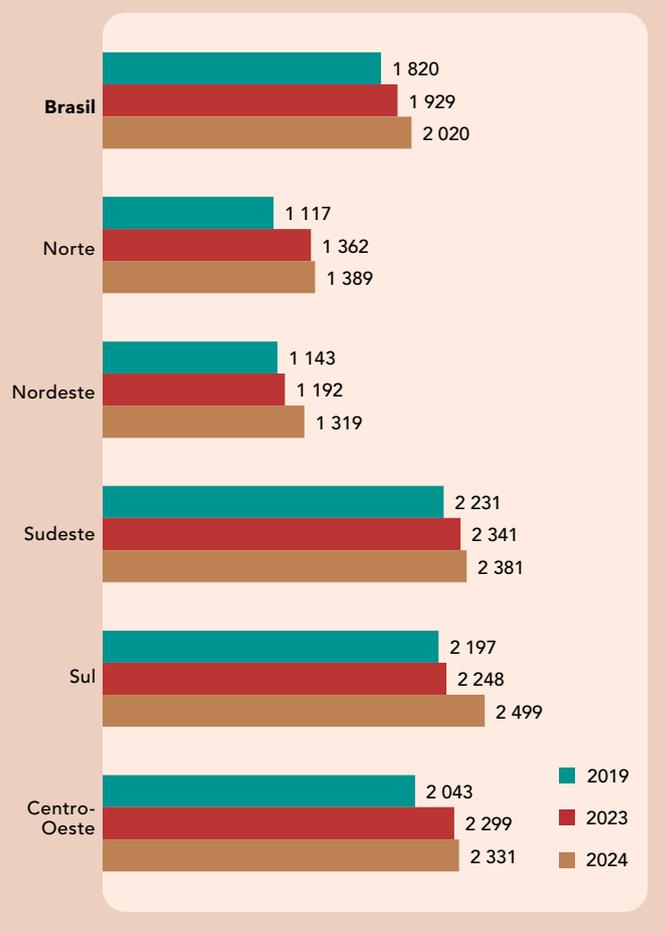
Rendimento médio mensal real domiciliar per capita

O rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* cresceu 7,3% no período de 2012 a 2019 (de R\$ 1 696 para R\$ 1 820). Com a pandemia de COVID-19, o rendimento domiciliar *per capita* perdeu valor, caindo 4,3%, em 2020, e 7,0%, em 2021, quando foi estimado em R\$ 1 619, o menor valor da série. Em 2022, no entanto, o rendimento médio domiciliar *per capita* voltou a crescer (6,9%); e, em 2023, a expansão desse rendimento foi ainda maior (11,5%), alcançando o valor de R\$ 1 929. Em 2024, manteve-se a tendência de crescimento, porém a uma taxa menor (4,7%), alcançando R\$ 2 020, o maior valor da série histórica. Em relação a 2019, ano que antecedeu a pandemia, a elevação foi de 11,0%, ao passo que frente a 2012, ano inicial da pesquisa, o crescimento acumulado foi de 19,1%.

As Regiões Norte e Nordeste apresentaram os menores valores (R\$ 1 389 e R\$ 1 319, respectivamente), enquanto a Região Sul possuía o maior rendimento (R\$ 2 499), seguida pelas Regiões Sudeste (R\$ 2 381) e Centro-Oeste (R\$ 2 331). Entre 2023 e 2024, as Regiões Sul (11,2%) e Nordeste (10,7%) se destacaram pelo crescimento do rendimento médio domiciliar *per capita*, ao passo que nas demais Grandes Regiões a variação ficou entre 1,4%, na Centro-Oeste, e 2,0%, na Norte. Se comparado a 2019, a Região Norte (24,4%) apresentou a maior elevação do indicador, enquanto a Região Sudeste (6,7%), a menor.

O rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* apresentou-se bastante diferenciado na comparação dos grupos de domicílios que recebiam ou não algum programa de transferência de renda, especialmente quando o benefício era do Programa Bolsa Família. O rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* nos domicílios que recebiam o Bolsa Família, em 2024, foi de R\$ 717, e naqueles que não recebiam foi de R\$ 2 424. Para os domicílios que recebiam o BPC-LOAS o rendimento médio domiciliar *per capita* foi de R\$ 1 167 e para os que não recebiam, R\$ 2 069. Por sua vez, nos domicílios que recebiam outros programas sociais o rendimento médio foi de R\$ 874, frente a R\$ 2 053 naqueles que não recebiam.

Rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões (R\$)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2024.

Notas: 1. A preços médios de 2024.

2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. Dados consolidados de primeiras visitas.

¹⁷ Entre os outros programas sociais, incluem-se diversos programas sociais dos governos federal, estadual e municipal, destacando-se o Programa Pé-de-Meia, lançado inicialmente em novembro de 2023 pela Medida Provisória n. 1.198, de 27.11.2023, e posteriormente instituído pela Lei n. 14.818, de 16.01.2024, com o intuito de incentivar a permanência e conclusão escolar para estudantes do ensino médio de baixa renda e que prevê, entre outros benefícios, o pagamento de um incentivo mensal no valor de R\$ 200.

Em relação a 2023, observa-se que o grupo de domicílios que recebiam benefício do Programa Bolsa Família apresentou um crescimento do rendimento domiciliar *per capita* de 8,1%, acima do registrado pelo grupo daqueles que não recebiam o benefício (4,3%). Analisando o período 2019-2024, observa-se que enquanto o rendimento *per capita* do grupo de domicílios abrangidos pelo programa cresceu 53,9% (de 466 para 717), entre aqueles que não recebiam o benefício a variação foi de 13,3% (de R\$ 2 140 para R\$ 2 424). Nesse período de cinco anos, o expressivo crescimento acumulado do rendimento dos domicílios beneficiados pelo Bolsa Família pode ser explicado, em parte, pelo maior valor médio pago como benefício em 2024, se comparado a 2019, o que decorre de importantes reajustes dos valores do benefício ocorridos, sobretudo, nos anos de 2022 e 2023. No entanto, outros fatores também podem ter contribuído, como o bom desempenho do mercado de trabalho nos últimos anos e o expressivo crescimento do rendimento médio do trabalho nas classes de menores rendimentos da população ocupada, nesse período.

Indicadores de concentração de rendimento

Distribuição por classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar *per capita*¹⁸

Ao observar a estratificação em classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento mensal real domiciliar *per capita*, nota-se que os 40% da população com menores rendimentos receberam, em média, R\$ 601, o maior valor registrado pela série histórica para esse grupo. Se comparado a 2023 (R\$ 550), esse rendimento foi 9,3% maior, enquanto, na comparação com 2019 (R\$ 461), houve aumento de 30,4% na média nacional. Entre os fatores que podem explicar tal crescimento estão: o dinamismo do mercado de trabalho nos últimos anos, com a elevação do nível de ocupação e o crescimento do rendimento médio do trabalho, inclusive nos décimos mais baixos da distribuição; os reajustes do salário mínimo; e o recebimento de benefícios de diferentes programas sociais do governo. Especificamente, em relação ao ano de 2019, destaca-se, também, a expansão dos domicílios abrangidos pelo Programa Bolsa Família e os maiores valores médios pagos como benefício.

Na análise regional, observam-se diferenças importantes na ordem de grandeza dos rendimentos. A Região Sul (R\$ 891) apresentou a maior média de rendimento domiciliar *per capita* para os 40% da população com menores rendimentos em 2024, e as Regiões Norte (R\$ 444) e Nordeste (R\$ 408), as menores. Entre 2023 e 2024, todas as Grandes Regiões registraram crescimento no rendimento médio dessa parcela da população, com destaque para a Re-

Rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, segundo o recebimento de programas sociais do governo (R\$)

Recebimento de programas sociais do governo	Rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i> (R\$)			
	2012	2019	2023	2024
Bolsa Família				
Recebe	505	466	663	717
Não recebe	2 046	2 140	2 324	2 424
BPC-LOAS				
Recebe	944	982	1 115	1 167
Não recebe	1 719	1 854	1 968	2 069
Outros programas sociais				
Recebe	847	890	862	874
Não recebe	1 712	1 827	1 948	2 053

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2024.

Notas: 1. A preços médios de 2024.

2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. Dados consolidados de primeiras visitas.

gião Nordeste (14,6%), seguida pela Sul (9,9%). Em relação a 2019, observa-se um crescimento expressivo no rendimento domiciliar *per capita* dos 40% da população com menores rendimentos em todas as Grandes Regiões, notadamente nas Regiões Norte (54,7%) e Nordeste (51,1%), justamente as de menor rendimento médio, ao passo que a Região Sul (16,5%) apresentou a menor expansão.

Rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* dos 40% da população com menores rendimentos, segundo as Grandes Regiões (R\$)

Grandes Regiões	Rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i> dos 40% da população com menores rendimentos (R\$)			
	2012	2019	2023	2024
Brasil	444	461	550	601
Norte	299	287	416	444
Nordeste	272	270	356	408
Sudeste	610	633	718	765
Sul	690	765	811	891
Centro-Oeste	577	620	729	757

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2024.

Notas: 1. A preços médios de 2024.

2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. As classes de percentual de pessoas foram calculadas com base nos respectivos percentis. Desta forma, o P40 representa aproximadamente 40% da população com menores rendimentos.

4. Dados consolidados de primeiras visitas.

¹⁸ A fórmula de cálculo das estatísticas por classes de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento aloca pessoas com igual rendimento no mesmo percentil da distribuição, ainda que isso afete a proporção exata de pessoas em cada classe. Desta forma, as classes apresentadas neste tópico corresponderão, aproximadamente, ao percentual indicado. Para informações mais detalhadas, ver Anexo 10 das Notas técnicas: versão 1.19 da PNAD Contínua, no portal do IBGE na Internet, no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=notas-tecnicas>.

Para os 10% da população com os maiores rendimentos, por sua vez, o rendimento médio domiciliar *per capita* foi de R\$ 8 034 em 2024, pouco acima do valor observado em 2023 (R\$ 7 914). Em relação a 2019 (R\$ 7 791), a variação foi de 3,1%, e comparado a 2012 (R\$ 7 265), verifica-se uma expansão de 10,6%. Essa classe, no entanto, apresentava grande variabilidade interna quanto aos valores de rendimento domiciliar, sendo que para o subgrupo formado pelo último percentual da distribuição de renda (1% da população com maior rendimento), o rendimento médio domiciliar *per capita* foi de R\$ 21 767 em 2024.

Na comparação entre 2023 e 2024, nota-se que o aumento no rendimento médio ocorreu com maior intensidade no limite inferior da distribuição, cujo ganho chegou a 17,6% na classe até 5%; 11,1% na classe mais de 5% até 10%; e de 10,0% na classe mais de 10% até 20%. No extremo superior das classes de renda, considerando o décimo da população de maior renda (classe mais de 90% a 100%), observa-se que o rendimento domiciliar *per capita* variou apenas 1,5%, oscilando 0,2% na subclasse de 95% até 99% e 0,9% no último percentual (subclasse mais de 99% a 100%).

De 2012 para 2024, houve aumento do rendimento domiciliar *per capita* em toda a distribuição, com as taxas de crescimento assumindo valores nitidamente decrescentes à medida que se avança nas classes de renda. Assim, enquanto as classes até 5% e mais de 5% até 10% apresentaram aumento do rendimento médio de 73,0% e 43,9%, respectivamente, a de mais de 95% a 99% apresentou expansão de 8,5% na comparação com a estimativa de 2012, ao passo que a classe mais de 99% a 100% cresceu apenas 6,0% no período.

Em 2024, a análise da concentração de renda por meio da distribuição das pessoas por classes de rendimento domiciliar *per capita* mostrou que as pessoas que faziam parte dos 10% da população com rendimentos mais elevados recebiam, em

Rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, segundo as classes de percentual das pessoas, em ordem crescente de rendimento (R\$)

Classes de percentual das pessoas, em ordem crescente de rendimento domiciliar <i>per capita</i>	Rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i> (R\$)				
	2012	2023	2024	Variação (%)	
				2023-2024	2012-2024
Total	1 696	1 929	2 020	4,7	19,1
Até 5%	89	131	154	17,6	73,0
Mais de 5% até 10%	237	307	341	11,1	43,9
Mais de 10% até 20%	375	469	516	10,0	37,6
Mais de 20% até 30%	537	661	716	8,3	33,3
Mais de 30% até 40%	703	850	925	8,8	31,6
Mais de 40% até 50%	899	1 083	1 165	7,6	29,6
Mais de 50% até 60%	1 140	1 346	1 421	5,6	24,6
Mais de 60% até 70%	1 400	1 617	1 729	6,9	23,5
Mais de 70% até 80%	1 833	2 103	2 242	6,6	22,3
Mais de 80% até 90%	2 652	3 023	3 212	6,3	21,1
Mais de 90% até 100%	7 265	7 914	8 034	1,5	10,6
Mais de 90% até 95%	4 170	4 746	4 927	3,8	18,2
Mais de 95% até 99%	7 814	8 457	8 475	0,2	8,5
Mais de 99% até 100%	20 535	21 579	21 767	0,9	6,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2024.

Notas: 1. A preços médios de 2024.

2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. As classes foram calculadas com base nos respectivos percentis. Desta forma, a classe até 5% representa o P5 com aproximadamente 5% da população com menores rendimentos; a classe mais de 5% até 10% representa aproximadamente mais de 5% até 10% da população com menores rendimentos e assim por diante.

4. Dados consolidados de primeiras visitas.

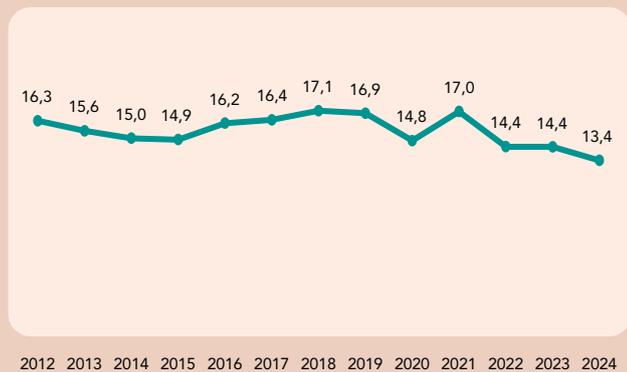
média, 13,4 vezes o rendimento dos 40% da população com os menores rendimentos, a menor razão da série histórica. Ao considerar o 1% da população com maiores rendimentos, verifica-se que seu rendimento médio chegava a 36,2 vezes o rendimento dos 40% de menor renda, também o seu menor valor. Apesar da queda da desigualdade, quando medida pela razão entre os rendimentos médios de diferentes classes de renda, que decorreu sobretudo do crescimento do rendimento médio domiciliar *per capita* nos

estratos mais baixos da distribuição, observa-se que a desigualdade no País permanecia em níveis bastante acentuados.

Ao longo da série, nota-se que a razão entre o rendimento médio do décimo da população com maior renda e o rendimento médio dos 40% da população com os menores rendimentos mostrou trajetória de redução de 2012 (16,3 vezes) até 2015 (14,9 vezes), a partir de quando apresentou tendência de crescimento até alcançar o pico da série (17,1 vezes) em 2018. Em 2019 (16,9 vezes), essa razão

apresentou pequena oscilação, mas no primeiro ano da pandemia do novo coronavírus, em 2020, reduziu-se de forma acentuada para 14,8 vezes, devido a alterações ocorridas na composição do rendimento domiciliar, com a retração do mercado de trabalho e o maior peso de outras fontes de renda, sobretudo rendimentos de programas sociais como o Auxílio Emergencial. Entretanto, em 2021, com a flexibilização das medidas sanitárias – que permitiu a retomada do mercado de trabalho – e os ajustes realizados no Auxílio Emergencial, essa razão voltou a aumentar (17,0 vezes), retomando um nível próximo aos dois anos que antecederam a pandemia. Com o aumento significativo da ocupação e o pagamento de valores mais altos aos beneficiários do Auxílio Brasil, em 2022, essa razão caiu para 14,4 vezes, permanecendo nesse valor em 2023. No último ano, essa razão voltou a cair, de forma a registrar o menor valor da série para esse indicador (13,4 vezes).

Razão do rendimento médio mensal real domiciliar per capita entre os 10% da população com maiores rendimentos e os 40% com os menores rendimentos



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2024.

Notas: 1. A preços médios do ano.

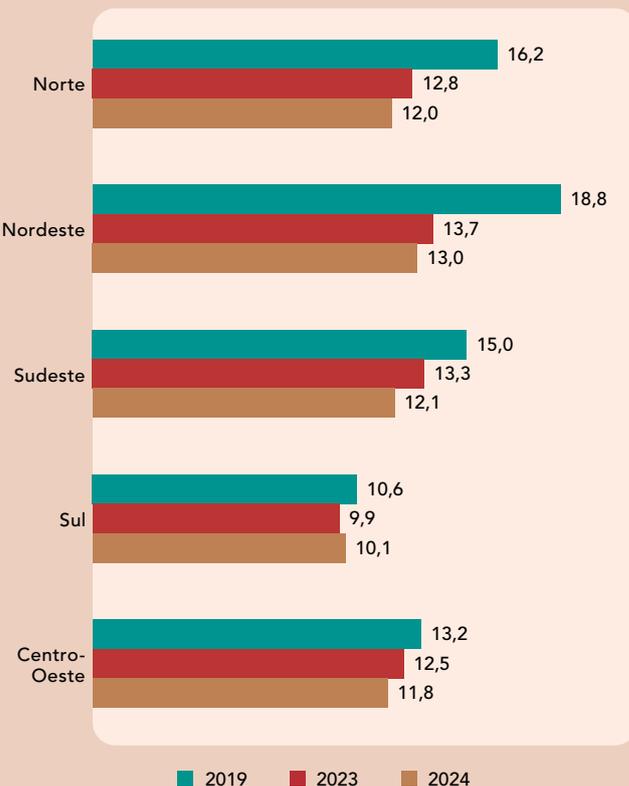
2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. As classes de percentual de pessoas foram calculadas com base nos respectivos percentis. Desta forma, o P40 representa aproximadamente 40% da população com menores rendimentos e o último decil delimita aproximadamente 10% da população com maiores rendimentos.

4. Dados consolidados de primeiras visitas nos períodos 2012-2019 e 2023-2024, e de quintas visitas no período 2020-2022.

Em termos regionais, observou-se que a Região Nordeste (13,0 vezes) apresentou a maior razão entre o rendimento médio dos 10% de maior renda e dos 40% da população com os menores rendimentos, ao passo que a Região Sul continuou a registrar a menor razão (10,1 vezes). Entre 2023 e 2024, essa razão se declinou em quatro das cinco Grandes Regiões, com destaque para a Região Sudeste (de 13,3 vezes para 12,1 vezes), mas apresentou pequena oscilação positiva na Região Sul (de 9,9 para 10,1 vezes). Em relação a 2019, todas as Grandes Regiões apresentaram redução dessa razão, com quedas mais acentuadas observadas nas Regiões Nordeste (-5,8 vezes) e Norte (-4,2 vezes).

Razão do rendimento médio mensal real domiciliar per capita entre os 10% da população com maiores rendimentos e os 40% da população com os menores rendimentos, segundo as Grandes Regiões



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2024.

Notas: 1. A preços médios do ano.

2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. As classes de percentual de pessoas foram calculadas com base nos respectivos percentis. Desta forma, o P40 representa aproximadamente 40% da população com menores rendimentos e o último decil delimita aproximadamente 10% da população com maiores rendimentos.

4. Dados consolidados de primeiras visitas.

Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar per capita

Entre 2012 e 2015, houve uma tendência de redução da desigualdade do rendimento médio mensal real domiciliar per capita medida pelo índice de Gini (de 0,540 para 0,524), que foi revertida a partir de 2016, quando o índice aumentou para 0,537, chegando ao maior valor da série histórica em 2018 (0,545). Após relativa estabilidade em 2019 (0,544), o índice de Gini se reduziu para 0,524 em 2020, mas voltou a aumentar, em 2021, para o mesmo patamar de 2019 (0,544). Em 2022, o índice de Gini do rendimento domiciliar per capita caiu para 0,518, estabilizando-se nesse valor em 2023. Em 2024, assim como observado para outras medidas de desigualdade da renda, o índice de Gini do rendimento domiciliar per capita também diminuiu, alcançando o valor de 0,506, o menor da série.

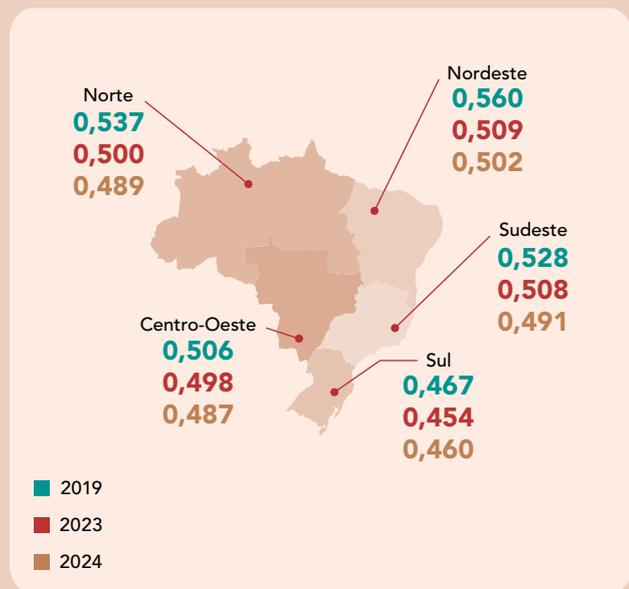
A Região Nordeste permaneceu com o maior índice de Gini em 2024 (0,502), seguida pela Região Sudeste (0,491). A Região Sul apresentou novamente o menor índice (0,460), posição que vem mantendo desde o início da série. Entre 2023 e 2024, a desigualdade medida pelo Gini apresentou queda em todas as Grandes Regiões, com exceção da Sul, onde variou de 0,454 para 0,460. A maior variação negativa ocorreu na Região Sudeste (de 0,508 para 0,491), seguida das Regiões Norte (de 0,500 para 0,489) e Centro-Oeste (de 0,498 para 0,487). Excetuando a Região Sul, nas demais Grandes Regiões, assim como para o Brasil, o índice de Gini chegou, em 2024, ao menor valor da série. Na Região Sul, por outro lado, a elevação do Gini reflete, em parte, o aumento da desigualdade do rendimento do trabalho, sendo a renda do trabalho o componente de maior peso na determinação da massa de rendimentos domiciliares.

Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar per capita

Brasil

2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
0,540	0,532	0,526	0,524	0,537	0,539	0,545
2019	2020	2021	2022	2023	2024	
0,544	0,524	0,544	0,518	0,518	0,506	

Grandes Regiões



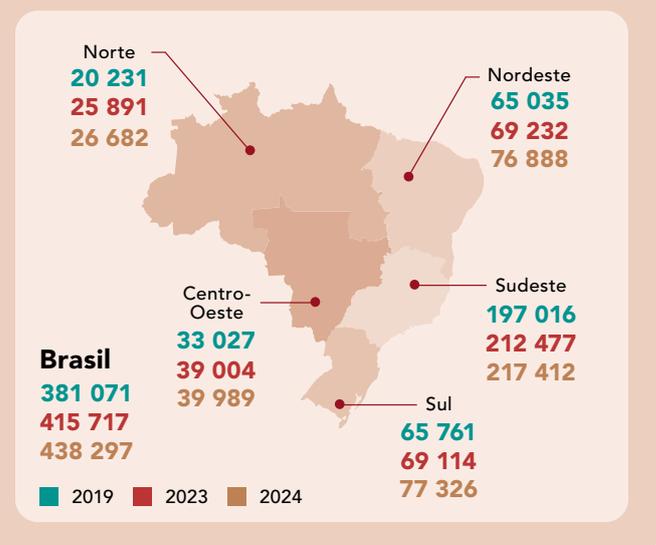
Massa de rendimento médio mensal real domiciliar per capita

A massa de rendimento médio mensal real domiciliar per capita totalizou R\$ 438,3 bilhões em 2024, 5,4% maior do que o estimado para 2023, cujo valor foi de R\$ 415,7 bilhões, atingindo no último ano o maior valor da série histórica da PNAD Contínua. Em relação a 2019 (R\$ 381,1 bilhões), a expansão foi de 15,0%.

A Região Sudeste apresentou a maior massa de rendimento do Brasil (R\$ 217,4 bilhões), o que correspondia a 49,6% da massa total. As Regiões Sul (R\$ 77,3 bilhões) e Nordeste (R\$ 76,9 bilhões) respondiam conjuntamente por um pouco mais de 1/3 da massa do País, enquanto as Regiões Centro-Oeste (R\$ 40,0 bilhões) e Norte (R\$ 26,7 bilhões), as menos populosas, foram responsáveis pelo equivalente a 9,1% e 6,1%, respectivamente.

Entre 2023 e 2024, todas as Grandes Regiões apresentaram variação positiva na massa de rendimento domiciliar per capita, com destaque para as Regiões Nordeste e Sul, cujas massas subiram 11,1% e 11,9%, respectivamente, bastante acima da média nacional. Nas outras Grandes Regiões, o crescimento no ano variou entre 2,3%, na Sudeste, e 3,1%, na Norte. No período 2019-2024, o crescimento da massa de rendimento domiciliar foi mais elevado na Região Norte (31,9% no acumulado do período), seguida pela Centro-Oeste (21,1%), enquanto a menor variação foi registrada na Região Sudeste (10,4%).

Massa do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões (milhões de R\$)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2024.

Notas: 1. A preços médios do ano.
2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.
3. Dados consolidados de primeiras visitas nos períodos 2012-2019 e 2023-2024, e de quintas visitas no período 2020-2022.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2024.

Notas: 1. A preços médios de 2024.
2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.
3. Dados consolidados de primeiras visitas.

A parcela do décimo populacional com os menores rendimentos detinha 1,2% da massa, *vis-à-vis* 39,8% dos 10% da população com os maiores rendimentos em 2024. Cabe destacar que este último grupo possuía uma parcela da massa de rendimento superior à dos 70% da população com os menores rendimentos (33,3%). Entre 2023 e 2024, o grupo dos 10% com maiores rendimentos apresentou uma perda de participação de 1,2 p.p. na massa de rendimento domiciliar *per capita*, sendo a única classe nessa situação; em contrapartida, houve uma oscilação positiva de 0,1 p.p. no décimo de menor rendimento. Ao comparar com 2019, nota-se que o grupo dos 10% com maiores rendimentos perdeu 3,0 p.p. de participação na massa de rendimento domiciliar *per capita* (de 42,8% para 39,8%), enquanto o décimo com menores rendimentos apresentou variação positiva de 0,4 p.p. (de 0,8% para 1,2%). ■

Distribuição da massa de rendimento mensal real domiciliar *per capita*, segundo as classes de percentual das pessoas, em ordem crescente de rendimento (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023-2024.

Notas: 1. A preços médios do ano.

2. Na composição do rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, o rendimento habitual do trabalho é captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

3. As classes foram calculadas com base nos respectivos percentis. Desta forma, a classe até 10% representa o P10 com aproximadamente 10% da população com menores rendimentos; a classe mais de 10% até 20% representa aproximadamente mais de 10% até 20% da população com menores rendimentos e assim por diante.

4. Dados consolidados de primeiras visitas.

Expediente

Elaboração do texto
Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Pesquisas
por Amostra de Domicílios

Normalização textual
Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Sistematização de
Conteúdos Informativos

Projeto gráfico

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas

Agência Brasil

Impressão

Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



www.ibge.gov.br 0800 721 8181



Saiba mais sobre a
pesquisa.